

ARTIGO

ENTRE QUEREMISTAS E COMUNISTAS:

OS TRABALHADORES URBANOS NA DISPUTA PELO CONTROLE DA DEMOCRATIZAÇÃO (1943-1946)

DAVID RICARDO SOUSA RIBEIRO

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo

E-mail: david.ricardo.ribeiro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9148-0931>

RESUMO: Este artigo procura contrapor uma tese hegemônica sobre a democratização do Estado brasileiro (1943-1946). Conduzindo uma análise da formação do regime democrático a partir da investigação do conflito travado no âmbito da sociedade civil, com ênfase na atividade política promovida pelo PCB, demonstro que havia três projetos de democratização em disputa, e não apenas dois, como prevalece no debate acadêmico. Ao explicar que o processo não estava restrito a duas opções de transição “pelo alto”, apresento as iniciativas realizadas pelos trabalhadores urbanos com o intuito de disputar o controle da democratização e detalho como elas influenciaram a formação da democracia que vigorou durante a República de 46. Desta forma, trago novos fatores para justificar por que o conflito se intensificou depois da queda de Vargas e seguiu em vigência mesmo após a conclusão da transição.

PALAVRAS-CHAVE: Democratização, democracia, trabalhadores urbanos, PCB.

BETWEEN “QUEREMISTAS” AND COMMUNISTS: URBAN WORKERS IN THE STRUGGLE FOR CONTROL OVER DEMOCRATIZATION (1943-1946)

ABSTRACT: This article aims to challenge a dominant thesis about the democratization of the Brazilian state (1943-1946). By analyzing the formation of the democratic regime through an investigation of the conflict within civil society, with a focus on the political activities promoted by the PCB, I demonstrate that there were three democratization projects in dispute, rather than just two, as commonly held in academic debate. By explaining that the process was not limited to two “top-down” transition options, I present the initiatives of urban workers seeking to influence the direction of democratization and detail how these efforts impacted the formation of the democracy that prevailed during the Republic of 1946. In this way, I introduce new factors to explain why the conflict intensified after the fall of Vargas and continued even after the transition concluded.

KEYWORDS: Democratization; democracy; urban workers; PCB.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2025v82p239-267>

Recebido em: 18/11/24

Aprovado em: 08/02/25



Publicado no ano de 1973, o artigo “As origens do sindicalismo populista”, de Francisco Weffort, deu início ao debate acadêmico sobre a participação dos trabalhadores urbanos na democratização.¹ Procurando identificar as causas que levaram ao surgimento de uma prática sindical estreitamente vinculada ao Estado durante a República de 1946, o autor se propôs a estudar a atividade política dos trabalhadores, bem como a dos integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), no decorrer da transição para a democracia. Considerando o alinhamento dos comunistas à campanha de União Nacional articulada por Vargas, o professor conclui que a grande maioria dos trabalhadores não se interessou pelo estabelecimento do regime democrático, limitando-se a reivindicações pontuais de caráter econômico e social. A análise construída a partir do conceito de populismo revela o entendimento de que os trabalhadores não eram conscientes dos seus próprios interesses, mas manipulados por um líder demagogo. Dessa forma, se estabeleceu mais uma interpretação da história política brasileira que descreve os setores da sociedade economicamente desfavorecidos como *bestializados* diante de um evento de crucial importância.

A crítica à falta de participação ativa e autônoma dos trabalhadores no conflito que pautou a formação do regime democrático se difundiu rapidamente pelo meio acadêmico. A obra “Estado e partidos políticos no Brasil”, de Maria Campelo de Souza, publicada três anos após o artigo de Weffort e considerada até hoje uma importante referência para os estudos sobre o período, sustenta que em 1945 não havia “qualquer movimento contestatório de amplas bases sociais, ou inspirado em metas ideológicas capazes de levar a uma confrontação mais drástica ...” (Souza, 1990, p.105). Essa constatação se desdobrou em outra interpretação que será contraposta neste artigo: mesmo sem concordar integralmente com a leitura que indica a submissão dos trabalhadores aos interesses do ditador, Luís Vianna (1978, p. 253) defende que somente duas forças políticas disputaram o controle da democratização, as oposições liberais e as elites locais lideradas por Getúlio Vargas, e que em vista disso, constituíram-se apenas dois projetos de transição para a democracia, ambos “pelo alto”.

¹ A opção pelo conceito de democratização, e não redemocratização, como utilizam alguns autores, decorre do entendimento de que até 1946 não havia vigorado efetivamente um regime democrático no Brasil. Vale destacar também que não é correto utilizar o termo “transição democrática” para se referir àquele processo, haja vista o seu aspecto coercitivo, conforme será destacado ao longo deste artigo.

Após um primeiro momento de ampla aceitação, começaram a surgir no final da década de 1970 os primeiros estudos contrários à tese que define os trabalhadores urbanos como totalmente submissos aos interesses de Vargas. As investigações realizadas por Ricardo Maranhão (1979) e Silvio Alem (1981) sobre as greves ocorridas entre os anos de 1942 e 1947, ancoradas em fontes primárias inéditas, identificaram inúmeras evidências da atividade e autonomia política dos grevistas.² Essas pesquisas³ também trouxeram uma contribuição significativa ao detalhar o interesse dos trabalhadores pelo estabelecimento de uma democracia que contemplasse suas demandas e explicar como esse engajamento contribuiu para a retomada da sua atividade política após anos de ditadura.

Em meados da década de 1980, uma nova linha de interpretação da relação entre os trabalhadores urbanos e Vargas refutou de maneira mais enfática as pesquisas ancoradas no conceito de populismo. Após investigar a formação do trabalhismo no Brasil, Ângela de Castro Gomes (1988) passou a defender que os trabalhadores demonstravam consciência de suas escolhas, que mantiveram sua própria liberdade ao se vincularem a Vargas e que foram protagonistas na constituição daquela nova corrente política. Para ela, a manifestação de apoio era o resultado de uma leitura apurada da conjuntura política nacional e não um simples sinal de alienação. Seguindo a mesma linha, o historiador Jorge Ferreira (2005) se dedicou ao estudo do quererismo, desconstruindo o entendimento de que os trabalhadores não se envolveram diretamente com o conflito que pautou a democratização. Dessa forma, sua pesquisa reforça a interpretação de que o apoio declarado a Vargas era um indicativo de que os trabalhadores possuíam vontade política própria e se instituíam politicamente soberanos.

Por fim, vale destacar também a publicação no início do século XX de trabalhos relevantes (Segatto, 2003; Santana, 2007; Teixeira e Silva, 2007) sobre o movimento sindical, as greves e a atividade política promovida pelos comunistas durante a República de 46, que contribuíram significativamente para a

² Posteriormente, a obra *Em Busca da Memória: Comissão de Fábrica, partido e sindicato no pós-guerra* (1995) de Hélio da Costa acrescentou novos elementos a esses estudos, ao apresentar, com base em uma ampla seleção de fontes primárias, novas evidências da autonomia política dos trabalhadores durante o processo de democratização.

³ Um destaque entre elas é a obra *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas*, de Antonio Mendes de Almeida Jr., publicada em 1985.

superação do entendimento de que naquele período vigorou um sindicalismo de viés populista.

Porém, mesmo com o avanço decorrente da identificação da autonomia e consciência política dos trabalhadores urbanos, todas as pesquisas citadas, assim como inúmeras outras (Corsi, 1997; Macedo, 2013; Pinheiro, 2014; Del Roio, 2022), seguiram afirmando que se constituíram apenas dois caminhos de transição para a democracia. Esses estudos não explicam, por exemplo, porque a democratização se tornou ainda mais conflituosa após a queda de Vargas. Eles também apresentam uma explicação limitada da influência que a mobilização dos trabalhadores exerceu sobre o processo de constituição da democracia brasileira. A pesquisa de Gilberto Calil, apesar de não entrar em maiores detalhes, talvez seja a única a defender explicitamente a existência de um projeto popular que reivindicava uma democratização em termos mais amplos (2001, p.117) e, com isso, contribuiu para a intensificação das lutas em torno rumos da transição (2001, p.101).

Considerando as lacunas ainda existentes no debate acadêmico, este artigo aprofunda a análise da atividade política dos trabalhadores urbanos, sobretudo aquela feita a partir de mobilizações promovidas pelos comunistas, com o intuito de demonstrar que se constituíram três projetos de democratização, e não apenas dois, conforme ainda prevalece. A análise das reivindicações e da mobilização promovida pelo PCB revela que a atuação do partido foi muito além da proposta de aliança feita a Vargas, contribuindo para que os trabalhadores disputassem a condição de força dirigente da transição. Contrapondo outra leitura predominante, explico a aproximação dos queremistas em relação ao projeto de democratização pecebista e, por extensão, a formação de uma Frente Ampla responsável pela proliferação das reivindicações dos trabalhadores por uma democracia mais ampla, bem como pelo amadurecimento da trama golpista. O texto ainda evidencia que, mesmo após a queda do ditador, os trabalhadores urbanos seguiram mobilizados em busca de uma democracia mais alinhada aos seus anseios, trazendo à tona novos elementos para explicar o aspecto coercitivo da democratização e as razões pelas quais o conflito em torno da democracia continuou em vigência mesmo após a conclusão da transição.

O desenvolvimento dessas análises será realizado a partir do entendimento de que a democracia não se resume à existência de algumas

instituições e à realização de eleições periódicas, constituindo também uma forma de organizar a vida política e social (Lefort, 1983; Bignotto, 2020). Para além do seu aspecto formal e procedimental, as democracias são o resultado de uma construção “coletiva, resultado de lutas, disputas e permanentes interações substantivas entre os mais diversos grupos e atores políticos, econômicos e sociais ao longo do tempo” (Vitullo, 2005, p.75). Concomitantemente, será levado em consideração o âmbito econômico da democracia, dado que ele é fundamental para que os cidadãos possam exercer de maneira livre e igualitária sua cidadania e autodeterminação política. Essas premissas contribuem para a compreensão de que os regimes democráticos possuem limites distintos (Hirst, 1993), variando de amplitude conforme efetivam o seu aspecto econômico e oferecem condições para o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil. Elas também contribuem para a explicação da disputa entre diferentes projetos de democracia travada durante a transição.

Partindo dessa concepção de democracia, entendo, assim como Gabriel Vitullo (2005), que o estudo da democratização não deve se restringir à análise das escolhas estratégicas realizadas pelas elites relevantes ou das negociações efetivadas no âmbito institucional e partidário. É necessário examinar a maneira como se deu o conflito pelo controle da transição para a democracia no âmbito da sociedade civil, abordando as modalidades de participação política e social daqueles que se encontravam à margem dos mecanismos formais de representação política, como as greves, manifestações públicas e lutas comunitárias, concebidas como instrumentos de “expansão das fronteiras da participação popular nos processos de tomada de decisões e na luta por democracias com uma maior densidade social” (Vitullo, 2005, p. 318). Encarando o conflito não como um sinal de disfunção, mas como a própria essência da política e do regime democrático, a julgar pelas reivindicações e lutas sociais para assegurar igualdade e liberdade.

A oficialização da democratização e a mobilização dos trabalhadores em busca de um projeto alternativo

As controvérsias existentes no debate acadêmico sobre a participação dos trabalhadores urbanos na democratização se confundem com as divergências em relação ao processo como um todo. Os estudos que os definem como

submissos a Vargas e alheios à troca de regime defendem que a transição para a democracia se iniciou com a publicação do Manifesto dos Mineiros (Weffort, 1973; Souza, 1976), documento elaborado pelas lideranças liberais e representantes da elite mineira, que reivindicava, entre outras coisas, o estabelecimento do voto espontâneo e livre. Em contrapartida, alguns autores que identificam a autonomia política e a relevância dos trabalhadores naquela conjuntura (Alem, 1981; Corsi, 2001) definem as primeiras greves ocorridas ainda no Estado Novo como a gênese da democratização. Determinar o momento exato do início não é, contudo, uma das questões mais relevantes sobre esse assunto. Em todo caso, é possível afirmar que ambos os eventos evidenciaram a falência da ditadura do Estado Novo, mas que somente o manifesto liberal reivindicou a instauração do regime democrático. Foi a partir da divulgação daquele documento que surgiu o conflito pelo controle da transição, que não se resumia às divergências em relação às etapas e regras que pautariam o processo, envolvendo também expectativas diferentes quanto à amplitude da democracia que passaria a vigorar no Brasil.

A despeito do debate existente no meio acadêmico, não restam dúvidas que o marco legal da oficialização da democratização é a Lei Constitucional nº 9, imposta por Vargas em fevereiro de 1945. Também conhecido como AI-9, o decreto estabeleceu um prazo de noventa dias para a convocação de eleições para a Presidência da República, o Congresso Federal, os governos estaduais e as assembleias legislativas, além de ter definido que a convocação de uma Assembleia Constituinte ficaria a critério do presidente eleito. A falta de garantia da elaboração de uma nova Constituição é um indício relevante de que o projeto de democratização varguista pretendia preservar aspectos da estrutura política, social e econômica vigente durante a ditadura do Estado Novo, mesmo com a vigência de um regime democrático.

A regulamentação da democratização permitiu que Vargas mantivesse o comando sobre o processo e ainda atribuiu ares de legalidade à sua condução. No entanto, ela não foi suficiente para extinguir o conflito pelo controle da transição para a democracia. Agrupadas em torno da União Democrática Nacional (UDN), as oposições liberais contestavam o compromisso do ditador com o estabelecimento do regime democrático e, antes mesmo da definição da data das eleições, já haviam lançado o seu candidato à presidência. Elas reivindicavam um projeto alternativo de democratização, que passava pela

renúncia imediata de Getúlio Vargas, pela convocação de uma Assembleia Constituinte e pelo restabelecimento da Carta de 1934 até que a nova Constituição ficasse pronta. Essa e outras propostas revelam que, apesar dos udenistas afirmarem querer se distanciar do “liberalismo inócuo” da Primeira República, a sua proposta de democracia não ia além da normalização institucional.

Uma parcela significativa dos trabalhadores urbanos também se opunha ao projeto de transição para a democracia imposto por Vargas, o que pode soar como um paradoxo, haja vista que, em um primeiro momento, limitaram-se a reivindicar a sua permanência na presidência. Insatisfeitos com as opções de pré-candidatos e com a indefinição quanto à participação de Vargas nas eleições, alguns trabalhadores começaram a declarar de forma espontânea e desarticulada a expressão “Queremos Getúlio”, já no início de 1945 (Ferreira, 2005). Em vez de indicar um posicionamento contrário à democratização, essa reivindicação revela que eles não consideravam a manutenção de Vargas na presidência um empecilho à mudança de regime político, mas sim um fator decisivo para a constituição do regime democrático que almejavam. Com o passar de poucas semanas, essas manifestações isoladas deram origem ao queremismo, o primeiro e um dos principais canais de participação dos trabalhadores urbanos no processo de democratização.

De acordo com Jorge Ferreira (2005), foi somente em junho de 1945 que o queremismo deu um salto de organização, passando a fazer jus à classificação de movimento político. Essa transformação estava diretamente relacionada à ajuda que passou a receber de empresários nacionalistas e de setores do governo, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Comitês queremistas foram criados em diversas cidades e anúncios com o lema “Queremos Getúlio, com ou sem constituinte” disseminados pelos rádios e jornais. Foi também a partir daquele momento que começaram a ocorrer as primeiras passeatas queremistas pela capital federal. Somente no mês de agosto, duas grandes manifestações percorreram a cidade do Rio de Janeiro e foram inclusive recebidas por Vargas. Sem desconsiderar a contribuição do governo e do empresariado para o rápido crescimento do queremismo, Jorge Ferreira (2005) destaca que o movimento só adquiriu relevância política em virtude da adesão expressiva das classes populares.

À medida que o queremismo se fortalecia, cresciam as críticas direcionadas ao movimento. As lideranças da oposição liberal classificavam os queremistas como ignorantes e afirmavam que a mobilização promovida por eles ampliava as chances de Vargas realizar um autogolpe para se perpetuar no poder. Os pesquisadores adeptos da tese do populismo também se referem ao queremismo como uma evidência da falta de compromisso dos trabalhadores com a democratização e de sua submissão aos interesses de Vargas. Em sentido oposto, Ângela de Castro Gomes (1988) e Jorge Ferreira (2005) defendem que a adesão dos trabalhadores ao movimento era o resultado de uma escolha consciente e ancorada em uma leitura precisa da conjuntura. Esses autores sustentam que a expressão “Queremos Vargas” não se restringia à figura do presidente, remetendo também à luta por direitos políticos e sociais que alguns trabalhadores associavam a ele. Desenvolvendo essa interpretação, Jorge Ferreira (2005, p. 63-64) conclui que os trabalhadores se instituíram politicamente soberanos a partir do momento que passaram a lutar pela modificação das regras de transição para a democracia.

Para compreender a participação dos trabalhadores urbanos no conflito pelo controle da democratização e o impacto por ela gerado, também é necessário analisar a atividade política promovida pelo PCB.⁴ A proposta de aliança feita a Getúlio Vargas e a adesão do partido à campanha de União Nacional promovida pelo governo levaram autores como Francisco Weffort (1973) e Arnaldo Spindel (1980, p.19) a concluir que os comunistas optaram por se submeter aos interesses do ditador para garantir seu retorno definitivo à legalidade e, conseqüentemente, que não demonstraram interesse específico no estabelecimento do regime democrático. Foi ancorado nesse entendimento que Weffort concluiu que o PCB e os trabalhadores urbanos tinham parcela de responsabilidade pela constituição do sindicalismo populista que, segundo ele, vigorou no período entre ditaduras.

Ao invés de um sinal de submissão a Vargas, a proposta de aliança era um desdobramento do estreito alinhamento do PCB às diretrizes formuladas pela Internacional Comunista. Desde o final da década de 1930, as lideranças

⁴ É fundamental destacar que, embora reconheça o papel determinante da mobilização promovida pelo PCB no maior engajamento dos trabalhadores com a democratização, este artigo sustenta a tese, já apontada por outros autores (MARANHÃO, 1979; ALÉM, 1981; GOMES, 2005; COSTA, 1995), de que uma parcela expressiva dos trabalhadores exerceu autonomia política, tanto nos acordos firmados com Vargas quanto em sua relação com o próprio PCB.

comunistas situadas em Moscou vinham recomendando às células partidárias a necessidade de estabelecer práticas colaborativas com movimentos sociais e governos que pudessem contribuir na luta contra o fascismo. Foi considerando essa orientação e as decisões políticas tomadas por Vargas a partir da declaração de guerra ao Eixo que os pecebistas concluíram que aliar-se a ele era a forma mais segura de eliminar os fascistas do território nacional e de viabilizar sua participação na democratização (Brandão, 1992). Não por acaso, passaram a orientar sua atividade política pela diretriz de “ordem e tranquilidade”. Também é importante destacar que os autores da tese da submissão deixam de considerar que o PCB estabeleceu uma série de contrapartidas para que a aliança se concretizasse: a reafirmação do compromisso de Vargas com o estabelecimento da democracia, o decreto da anistia, o fim da censura, a convocação da Assembleia Constituinte, de eleições presidenciais e, sobretudo, a substituição dos membros do governo que haviam manifestado simpatia pelos regimes nazifascistas por eles próprios. Em um ato explícito de disputa simbólica, os pecebistas alegavam que somente assim se constituiria a verdadeira União Nacional.

Embora atualmente prevaleça o entendimento de que os comunistas preservaram a sua autonomia política durante a transição (Brandão, 1992; Souza, 2015; Del Roio, 2022), as pesquisas ainda deixam de identificar a mobilização significativa que o PCB promoveu para viabilizar o próprio projeto de democratização. A adesão à campanha da União Nacional não impediu os pecebistas de tentarem efetivar um caminho de transição para a democracia diferente daquele que havia sido imposto via decreto presidencial. Desde o final da década de 1930, ou seja, muito antes do início da democratização, Prestes declarava que o processo de estabelecimento do regime democrático deveria começar pela convocação de uma Assembleia Constituinte enquanto Vargas ainda estava no poder

Que devem fazer os democratas? Conspirar para pô-lo abaixo ou utilizar as possibilidades legais para reunir as forças dispersas de todos os democratas e nacionalistas, a fim de conseguir eleger uma Assembleia que represente a vontade nacional e dê ao Brasil uma Constituição democrática?⁵

⁵ Carta ao Tenente Severo Fournier – Terceira Carta. In: PRESTES, L. C. Problemas Atuais da Democracia. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

Não por coincidência, logo evento que demarcou o retorno do PCB à legalidade, o líder pecebista convocou “todo o Partido para mobilizar com rapidez e energia a todo o nosso povo per essa reivindicação política – eleição de uma Assembleia Constituinte no menor prazo possível –, caminho para acertado e seguro para conquistarmos a democracia e o progresso de nossa Pátria”.⁶ A convocação da Constituinte era uma prioridade para os comunistas, pois representava a oportunidade de formular leis que impedissem a sua exclusão da democratização caso os adversários de Vargas assumissem o controle da transição ou então o seu retorno à ilegalidade.

É importante destacar que o projeto de democratização proposto pelo PCB não se distinguia dos demais somente por reivindicar a antecipação da Constituinte. De acordo com as lideranças do partido, a “verdadeira democracia” só seria efetivada se a democratização fosse realizada de baixo para cima, isto é, com os trabalhadores assumindo a condição de força dirigente da transição. Essa reivindicação estava atrelada ao entendimento de que a experiência cotidiana dos trabalhadores os capacitava a promover uma democratização que também contemplasse o seu aspecto econômico, com ênfase no combate à desigualdade social. Os comunistas recorriam ainda ao princípio da soberania popular para justificar o entendimento de que caberia aos trabalhadores tomar as principais decisões referentes à transição. Paralelamente, também atribuíam a eles a função de fiscalizar de perto o trabalho de Vargas para impedir que ele tomasse decisões que ameaçassem a efetivação do regime democrático.

Vale destacar que o projeto de democratização pecebista também se distinguia dos demais por almejar o estabelecimento de uma democracia específica, diferente daquela proposta por Vargas ou pela oposição liberal. As lideranças do partido afirmavam que o Brasil deveria adotar o modelo da “democracia soviética”, que, segundo elas, garantiria a igualdade econômica necessária para o exercício da cidadania. Argumentavam que a igualdade dos cidadãos perante a lei e o sufrágio universal seriam meras formalidades enquanto não fosse extinta a miséria ainda assolava o país. Em vista disso, passaram a reivindicar o estabelecimento de uma democracia que garantisse as condições mínimas de saúde, alimentação e de instrução a todos os brasileiros. Dessa forma, demonstravam que o conflito que pautou a democratização não

⁶ O discurso realizado por Prestes na cerimônia de encerramento do “Pleno da Vitória” foi publicado na íntegra no jornal *Tribuna Popular* no dia 15 ago. 1945.

se resumia às divergências em relação ao percurso e à forma de se conduzi-la, envolvendo também concepções diferentes quanto ao regime democrático que deveria vigorar no país. Logo, é incorreta a interpretação de que a democracia não era uma prioridade para a direita e para a esquerda (Figueiredo, 1993, p. 202; D' Araújo, 1996, p. 160; Ferreira, 2011, p. 356). Conforme destacado anteriormente, ao menos desde o final da década de 1930, o estabelecimento do regime democrático já era uma prioridade para os pecebistas, haja vista que era considerado uma etapa indispensável para a execução da revolução democrático burguesa que pretendiam realizar no Brasil (Brandão, 1992).

Ao mesmo tempo em que reivindicavam o protagonismo dos trabalhadores, os comunistas alegavam que a categoria precisava da orientação do seu partido não apenas para se organizar, mas também para compreender qual seria o melhor caminho de transição para a democracia. Entendiam que os trabalhadores, sobretudo os do campo, ainda não possuíam a formação política necessária e precisavam ser educados por uma vanguarda esclarecida para exercer o seu papel de classe revolucionária. Em vista disso, o PCB fundou inúmeros comitês democráticos em diferentes localidades do território nacional com o intuito de intensificar o envolvimento deles com a democratização e os projetos pecebistas. Explorando a estratégia da luta comunitária, os comitês promoviam desde cursos de alfabetização a concursos de marchinhas carnavalescas favoráveis à antecipação da Constituinte.

Ao povo organizado em seus Comitês Democráticos, e outras organizações de massa e especialmente ao proletariado sindicalmente unido cabe agora lutar pela Assembleia Constituinte, pela modificação imediata da Lei Constitucional nº 9 o que afinal nada mais significa senão repetir em condições muito mais favoráveis a grande campanha de massas que conquistou a anistia para os presos políticos. Este é o caminho da democracia. O povo organizado é a grande força das democracias.⁷

Paralelamente, o PCB também intensificou a difusão do seu projeto de democratização no meio sindical através da criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Se valendo do contexto, os comunistas afirmavam que

⁷ Trecho do Manifesto "Partido Comunista do Brasil dirige-se à nação, convocando-a para a luta pelo esmagamento do fascismo e da 5ª coluna", elaborado pelo PCB como forma de sintetizar as deliberações realizadas no Pleno da Vitória. O documento foi publicado na íntegra no jornal *Tribuna Popular* do dia 22 de agosto de 1945.

sem autonomia para a atividade sindical e liberdade para a realização de greves não haveria democracia no Brasil.

É pelo nível de desenvolvimento atingido pelas organizações operárias, pelo grau de sua participação na vida pública, que se avalia da vitalidade de qualquer democracia, e o movimento sindical brasileiro, pelo seu baixo nível, é bem um testemunho de nossa incipiente democracia. A consolidação da democracia exige de nossa parte, como vanguarda do proletariado, uma atenção maior pela organização sindical do operariado.⁸

Eles não se contentavam com um sindicalismo restrito às questões da fábrica, justamente por entenderem que os sindicatos seriam o mecanismo que permitiria sua participação no debate político nacional.

Percebe-se que o PCB promoveu uma significativa atividade política para efetivar o seu projeto de democratização, seja via a estrutura oficial do partido ou por meio do MUT e dos comitês democráticos, tornando-o uma alternativa real e evidenciando a independência dos comunistas em relação a Vargas. Como bem aponta Segatto (2003, p.221), naquele momento o PCB adquiriu “realmente o caráter de um amplo movimento transformador, que supera em muito a estrutura partidária orgânica”. Portanto, não é possível sustentar que “as influências decisivas neste momento inicial da democracia brasileira que vai de abril a outubro de 1945, couberam certamente a Vargas e à oposição liberal agrupada na UDN” (Weffort, 1973, p. 76). O conflito pelo controle da democratização não se resumiu à disputa entre dois campos antagônicos, ou seja, a transição para a democracia não estava restrita a dois caminhos, ambos pelo alto (Vianna, 1978), como predomina no debate acadêmico. O projeto de democratização difundido pelo PCB apresentou-se como um terceiro caminho, de baixo para cima, haja vista a atribuição da condição de força dirigente aos trabalhadores.

Dessa forma, a mobilização política promovida pelo PCB também foi determinante para ampliar o envolvimento dos trabalhadores com a democratização, mobilizando-os em torno de um projeto de democratização diferente daqueles propostos por Vargas e pela oposição liberal. Independente do movimento ao qual estavam vinculados, os trabalhadores apresentaram inúmeras reivindicações associadas ao estabelecimento da democracia e a

⁸ “Solução imediata para os problemas do povo”. Informe político apresentado à III Conferência Nacional do PCB em julho de 1946. In: Problemas atuais da democracia, Editorial Vitória, 1947.

demandas próprias da categoria, demonstrando que o interesse deles não se limitava à permanência de Vargas no poder.

A intensificação do conflito pelo controle da democratização

Mesmo diante de um crescente apoio popular, Getúlio Vargas optou por não se descompatibilizar do cargo para participar das eleições presidenciais, conforme exigia a lei eleitoral. Essa decisão gerou uma significativa mudança no posicionamento do queremismo em relação à democratização, a qual passou a ser expressa pelo novo lema do movimento. Ao invés de “Queremos Getúlio, com ou sem constituinte”, os queremistas passaram a clamar pela “Constituinte com Getúlio”.

Os pesquisadores que identificam a autonomia dos trabalhadores na relação estabelecida com Vargas (Gomes, 2005; Ferreira, 2005) veem na mudança do lema uma evidência do amadurecimento político do queremismo e, por extensão, mais um indício do compromisso real da categoria com o estabelecimento da democracia. Contudo, a proximidade temporal com o fim do prazo de desincompatibilização e o envolvimento apenas da cúpula e não da base do movimento na criação do novo lema fragilizam essa interpretação. No limite, ao indicar um amadurecimento repentino dos queremistas, essa leitura pode reforçar as interpretações que pretende refutar, uma vez que dá margem à compreensão de que a vontade dos trabalhadores até aquele momento se restringia à permanência de Getúlio Vargas no poder. Nesse caso, sem colocar em dúvida a autonomia dos trabalhadores, parece mais adequado interpretar aquela mudança como uma readequação de estratégia motivada pela recusa de Vargas à reivindicação do movimento.

A readequação da reivindicação queremista contribuiu de maneira decisiva para a aproximação entre o queremismo e o PCB (Gomes, 1988; Macedo, 2004; Ferreira, 2005). Como bem destaca a professora Anita Prestes (2010; 2022), praticamente todos os pesquisadores⁹, assim como as oposições liberais da

⁹ Entre eles, destaco eu: Weffort (1973); Spindel (1980); Gomes (2005); Ferreira (2005); Marco Aurélio Santana (2007, p.249); Fernando Teixeira da Silva (2007); Ednaldo Souza (2015, p.38). Edgard Carone (1976, p.329/337), talvez seja o único autor, além de Anita Prestes, a defender que o queremismo e o PCB mantiveram suas respectivas autonomias quando se aproximaram. No entanto, ele também comete o equívoco de afirmar que o PCB adotou o lema queremista. Outra exceção é Michelle Macedo (2013, p.97) que atribui a autoria do lema aos próprios comunistas, mesmo seguindo a tese da adesão.

época, promovem uma leitura equivocada dessa aproximação, uma vez que afirmam que os pecebistas passaram a integrar o queremismo, incorporando o lema “Constituinte com Getúlio”. Muito antes do início da democratização, o PCB já alegava que a elaboração de uma nova constituição era essencial para garantir o estabelecimento do regime democrático no país. Não à toa, a bandeira adotada pelos pecebistas no “Pleno da Vitória”, evento que demarcou o restabelecimento oficial das atividades partidárias, era “Pela Constituinte no menor tempo possível”. Nota-se que o lema pecebista não faz referência a Vargas, focando apenas na urgência da convocação da Constituinte. Já o lema queremista, mesmo após a reformulação, continuava centrando as expectativas na figura do presidente, sem sinalizar o abandono da expectativa de que ele permaneceria na presidência após o estabelecimento do regime democrático.

A demanda pela antecipação da Constituinte não era, entretanto, o único motivo responsável pela aproximação. Além de rejeitarem o percurso oficial de transição para a democracia, os dois movimentos condenavam a exclusão dos trabalhadores da democratização e questionavam a legitimidade do regime democrático que resultaria daquele processo. Para comunistas e queremistas, não bastava garantir aos trabalhadores apenas a condição de eleitores. Recorrendo ao princípio da soberania popular, eles demandavam o direito dos trabalhadores indicarem os candidatos que participariam das eleições e definirem quando ela seria realizada. Compartilhavam também o anseio por uma democratização que não se limitasse ao estabelecimento das instituições que compõem a democracia e que promovesse o equacionamento das desigualdades econômicas, sociais e políticas vigentes no país, garantindo a consolidação de direitos e condições mínimas de sobrevivência.

Portanto, ao invés da adesão do PCB ao queremismo, é mais preciso indicar que ocorreu o estabelecimento de uma aliança (Benevides, 1981, p.55) entre os dois movimentos. A elaboração de um projeto próprio de democratização não impediu os pecebistas de construir alianças com outras forças políticas que julgavam compromissadas com a adoção da democracia. Eles passaram a atuar conjuntamente, como uma espécie de Frente Ampla, pela antecipação da Constituinte e para garantir uma maior participação dos trabalhadores na democratização, sem abandonar suas respectivas atividades e projetos políticos (Ribeiro, 2023). Aquele foi o estágio mais próximo que o PCB chegou de formar a frente democrática que planejava articular desde 1938,

quando passou a adotar as práticas colaborativas recomendadas pela Internacional Comunista.

O estabelecimento da aliança contribuiu para a intensificação do envolvimento dos trabalhadores com a democratização¹⁰ e, por extensão, da reivindicação pela antecipação da Constituinte. Fatores que contribuíram inclusive para que Vargas cogitasse alterar o percurso da transição para a democracia¹¹. Não por coincidência, naquele mesmo momento as Forças Armadas intensificaram a sua participação no conflito pelo controle da transição para a democracia, assumindo publicamente a condição de fiadores do AI-9.

[...] nossa própria responsabilidade de Ministros das Pastas Militares, que os propósitos de compromissos de Governo para com a Nação brasileira serão fielmente cumpridos, a despeito de qualquer investida de elementos facciosos movidos por interesses inconfessáveis e doutrinas exóticas, que a tradição, a moral e a cultura brasileira repelem substancialmente [...] a sua repulsa a tais manejos criminosos disfarçados sob a ideia de redemocratização do Brasil através de uma Constituinte, importuna em face das contingências contraditórias do momento, salvo se resultasse de um acordo geral, a bem dos interesses do Brasil [...]. Esta a palavra final que nos cumpre tornar público, para que a Nação brasileira prossiga, em sossego e segurança, no seu trabalho de após a guerra, cujo objetivo primeiro será a manifestação soberana do sufrágio do dia 2 de dezembro do corrente ano [...].¹²

Incomodadas com a formação da aliança, as oposições liberais reforçaram as críticas ao PCB e ao queremismo, alegando que os trabalhadores eram alienados e que apoiariam o autogolpe que Vargas vinha planejando.

Motivados pelo posicionamento ambíguo de Vargas e pressionados pela aproximação das eleições presidenciais, queremistas e comunistas convocaram duas manifestações¹³ independentes para o final de outubro, demonstrando que mantinham suas próprias atividades em meio a aliança estabelecida. Chama a atenção o fato de que naquele momento nenhuma das duas candidaturas atraía

¹⁰ No jornal Tribuna Popular há referências a ao menos outros três grandes comícios pró-Constituinte: Rio de Janeiro, 22 set. 1945 (60 mil pessoas, de acordo com os organizadores); São Paulo, 26 set. 1945 (50 mil pessoas, de acordo com os organizadores); Porto Alegre, 1º out. 1945 (70 mil pessoas, de acordo com os organizadores). O periódico também traz inúmeros relatos de manifestações menores articuladas pelos Comitês Democráticos, como no dia 07/09/1945, quando ocorreram mais de dez manifestações em diferentes partes do Rio de Janeiro.

¹¹ Vide a fala realizada por Vargas para os manifestantes queremistas, no dia 3 out. 1945.

¹² Declaração dos Ministros Militares garantindo sua isenção em relação a possíveis articulações políticas e que manteriam a tranquilidade no país para que as eleições transcorressem normalmente. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1945.10.00/5.

¹³ Nas obras que servem de referência a este artigo há referência somente à manifestação convocada pelo Queremismo, que contou com a participação dos pecebistas. O fato de não identificarem a manifestação organizada pelo PCB ilustra as lacunas e equívocos que envolvem a análise da atuação do partido.

tantas pessoas para as ruas quanto as manifestações queremistas (Ferreira, 2005) e pecebistas. Aquela mobilização também indicava a autonomia dos trabalhadores e que eles realmente tentaram assumir a condição de força dirigente da democratização. Porém, menos de 48 horas antes da passeata queremista ganhar as ruas, João Alberto, chefe da polícia do Distrito Federal, proibiu a realização do evento. A tensão que já era grande, ficou ainda maior quando Vargas decidiu substituir o responsável por aquela decisão pelo seu próprio irmão. Essa intervenção foi a gota d'água que levou os militares, liderados por Góis Monteiro e apoiados pelas oposições liberais, a executar o Golpe de Estado que vinham planejando antes mesmo da oficialização da democratização.

A possibilidade de Vargas se aproveitar do apoio popular para manter-se no poder foi determinante para a sua exclusão da presidência. Contudo, o Golpe Civil Militar de 1945 também foi uma reação à forma permissiva com que ele vinha lidando com a atividade política dos trabalhadores urbanos, garantindo-lhes uma liberdade incomum em sua história e até cogitando atender algumas de suas reivindicações. As forças conservadoras¹⁴ não aceitavam a reorganização institucional do Estado brasileiro que Vargas ensaiava realizar, principalmente no que se refere à extinção das restrições impostas ao desenvolvimento da atividade política dos trabalhadores (Benevides, 1981, p. 53). Um dos primeiros autores a defender essa interpretação, João Almino (1980, p. 63) conclui que “foi principalmente contra este Vargas ‘ameaçador’ e não exatamente contra o Estado Novo que foi dirigido o golpe de Estado dos liberais, em outubro de 1945”.

Tendo em vista essa motivação, é necessário destacar que o Golpe não foi realizado apenas contra Vargas. Aquela intervenção também tinha como o objetivo restringir a participação dos trabalhadores urbanos na democratização, haja vista que (Vianna, 1978, p. 253) “desde 1930, a emergência das massas urbanas no cenário político brasileiro, no quadro de uma crise de hegemonia, é uma preocupação decisiva na formulação programática e ideológica das elites,

¹⁴ Compunham as forças conservadoras os setores da sociedade que agiam politicamente para conservar aspectos da estrutura política, econômica e social do Estado Novo e até mesmo da Primeira República que garantiam seus privilégios, como: a estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos, a exclusão dos analfabetos do processo eleitoral, a restrição do direito à greve e à livre organização sindical, a família patriarcal etc. Eles possuíam visão autoritária de política, baseada no estatismo, centralização política e repressão aos movimentos sociais. Entre os setores da sociedade que integravam as forças conservadoras naquele momento podemos destacar: os integrantes das oligarquias agrárias, os militares, os representantes da burguesia industrial e financeira e membros da Igreja Católica.

que muitas vezes redefinem seus compromissos e alianças em função da posição diante das massas trabalhadoras”. Essa preocupação levou diferentes setores da sociedade ligados às forças conservadoras a apoiarem o golpe para impedir que a democratização ocorresse de baixo para cima, pautada pelos trabalhadores, tal qual almejava o PCB. Segundo Edgard Carone, (1976, p. 337) “as ações paralelas dos queremistas e dos comunistas, cada um com um objetivo diferente, mas com estratégias semelhantes, levam os grupos oligarco-burgueses oposicionistas a se inquietarem e a responderem os ataques”. Constatação essa que é corroborada pela fala do general Mario Ari Pires, comandante da 5ª Região Militar, feita apenas dois dias após a queda de Vargas, na qual ele declara: “que esteve sempre acompanhando os acontecimentos e que reafirma a solidariedade da 5ª Região Militar aos altos chefes militares, no sentido de reagir contra os queremistas, comunistas, que pretendiam modificar o processo”.¹⁵ A identificação dessa motivação por trás do golpe reforça o entendimento de que a atuação dos trabalhadores urbanos impactou decisivamente os rumos da democratização.

Expandido esse raciocínio, Maria Campelo de Souza (1976) e Décio Saes (1986) afirmam que a intervenção militar foi realizada com o intuito de barrar o aprofundamento da democratização. As forças conservadoras não admitiam o ingresso definitivo dos trabalhadores na cena política (Vianna, 1978, p.117). Em vista disso, procuraram impedir a constituição de uma democracia que possibilitasse uma ampla atividade política no âmbito da sociedade civil, isto é, que poderia ser pautada pelas ruas, movimentos sociais e sindicatos, e não apenas por partidos políticos e pelas instituições que a constituem. Nesse sentido, o Golpe de 1945 representou um ato de conservação, revelando os traços de continuísmo impostos à democratização, conforme sintetizou a professora Ângela de Castro Gomes (1988, p. 288): “nada especificamente, senão todo o processo político recendendo a continuísmo, conduziu ao 29 de outubro. Getúlio, mais que o Estado Novo, estava saindo do poder”.

¹⁵ Correio da Manhã, 1º nov. 1945, p. 5.

Presidente eleito, Constituinte convocada e o conflito segue em vigência

A despeito de toda a mobilização que promoveram para manter Vargas no poder ao menos até a promulgação de uma nova Constituição, os trabalhadores urbanos não tentaram reverter o Golpe de Estado. É verdade que houve princípios de greve nas empresas de transporte público do Distrito Federal e em uma sede da Light, contando inclusive com a ajuda de ex-integrantes do Estado Novo. Mas foram atos isolados que duraram menos de um dia. O próprio PCB, seguindo à risca a diretriz de ordem e tranquilidade, agiu para impedir o avanço dessas paralisações. Até aquele momento, o partido havia se posicionado contrário à realização de greves por acreditar que prejudicariam o estabelecimento da democracia. Em contrapartida, os comunistas passaram a difundir a leitura de que o golpe não havia sido realizado apenas contra Vargas, mas que os trabalhadores e o próprio PCB também foram alvos centrais (Silva e Santana, 2011, p.105), a julgar pelos mais de 400 pecebistas presos naquele mesmo dia em São Paulo.

Essa “paralisia inicial” dos trabalhadores não pode ser interpretada como a perda de interesse pela democratização ou um sinal de dependência em relação a Vargas para se mobilizarem. No final de 1945, quando se esperava o arrefecimento do conflito que pautava a transição para a democracia, devido à eleição do general Dutra e o afastamento de Vargas da cena política, uma onda de greves eclodiu no país. Existem registros de pelo menos 60 paralisações nos dois primeiros meses de 1946, articulando diversas categorias profissionais em diferentes partes do território nacional (Weffort, 1973, p. 89). Em alguns dias, o número de trabalhadores paralisados ultrapassou a marca de 100 mil apenas na cidade de São Paulo (Maranhão, 1979, p.43). Entre as greves, a que ganhou maior destaque foi a dos bancários. Foram dezenove dias de paralisação que impactaram significativamente a política financeira brasileira e serviram de estímulo para o surgimento de novas paralisações. O empoderamento do movimento foi tão rápido que o PCB se viu pressionado a rever o posicionamento contrário às greves que vinha adotando até aquele momento¹⁶. O partido passou

¹⁶ Com base na análise das comissões de fábricas autônomas, que desempenharam um papel central na organização de muitas paralisações, as pesquisas de Ricardo Maranhão (1979), Sílvio Alem (1981) e Helio da Costa (1995, p.77) revelam que os trabalhadores que compunham a base do PCB nem sempre seguiam rigorosamente as diretrizes estabelecidas pela cúpula do partido.

a exercer um papel relevante na articulação das paralisações, embora ainda destacasse a necessidade de manutenção da ordem e tranquilidade para não ameaçar a democratização.

Não à toa, as reivindicações iniciais feitas pelos grevistas buscavam garantir uma melhora concreta da vida material dos trabalhadores.¹⁷ Todavia, não é correto afirmar, como indica Vianna (1978, p. 253), que naquela conjuntura “tendia-se a elevar para um primeiro plano a resultante do antagonismo entre o capital e o trabalho, em detrimento das tarefas políticas de redemocratização do país e da conservação do seu ritmo da industrialização”. A expectativa dos trabalhadores pelo estabelecimento de um regime democrático que solucionasse as desigualdades existentes no país havia sido decisiva para a eclosão da onda de greves. Por trás das paralisações também havia o objetivo de pautar a transição para a democracia e, assim, garantir a efetivação do “potencial transformador” da realidade econômica e social que as democratizações possuem, mas nem sempre concretizam (Souza, 1976, p. 105), conforme pode ser visto nas palavras do grevista Delcídio Jurandir: “E o caminho para democracia é o caminho do mais pão, mais casas, mais carne, mais dinheiro, mais roupa, mais escolas e mais liberdade para o povo”.¹⁸ Verifica-se, portanto, que mesmo após a queda de Vargas e as eleições presidenciais, os trabalhadores urbanos seguiram envolvidos na democratização.

O crescente vínculo das greves com a democratização foi determinante para que o general Dutra decidisse empregar uma rígida repressão contra as paralisações. Atendendo a pedidos do empresariado nacional¹⁹ e aproveitando que a Assembleia Constituinte ainda não havia iniciado os seus trabalhos, ele se valeu da Constituição de 1937 e da Lei de Segurança Nacional para reprimir os trabalhadores paralisados. As manifestações seguiram sendo dissipadas da mesma forma extremamente violenta que ocorria durante o Estado Novo. Sindicatos foram empastelados e inúmeros trabalhadores levados à cadeia. A repressão também foi direcionada especificamente ao PCB, pois predominava o

¹⁷ Naquele momento, os trabalhadores brasileiros enfrentavam uma severa pauperização econômica. A Segunda Guerra Mundial gerou o desabastecimento de produtos de primeira necessidade e o crescimento descontrolado da inflação, e, para piorar, Getúlio Vargas impôs uma série de restrições aos direitos trabalhistas assim que assumiu compromisso com as tropas Aliadas, ancorado no argumento de que o contexto demandava “esforços de guerra”.

¹⁸ *Tribuna Popular*, 12 mar. 1946, p. 3.

¹⁹ O general Dutra se encontrou com uma comitiva de representantes da burguesia industrial no dia 14 de janeiro de 1946, antes mesmo de assumir oficialmente a presidência.

entendimento de que os pecebistas estavam por trás de muitas paralisações, procurando tirar proveito para o próprio partido ou até mesmo buscando implantar o comunismo no Brasil. O aumento da repressão indicava que as forças conservadoras não permitiriam que os trabalhadores utilizassem as greves para influenciar a democratização. Como bem destaca Weffort, (1973, p.93) “não poderia ser mais clara a presença do espírito autoritário do Estado Novo definindo os limites para a emergência da democracia e da Constituição de 1946”.

Ao perceber que a repressão policial não seria suficiente para conter a onda de greves que se difundia pelo país, o presidente Dutra recorreu a outra estratégia para acabar com as paralisações. Em meados de março de 1946, quando os parlamentares estavam iniciando a elaboração da nova constituição, ele impôs o decreto-lei²⁰ 9.070 determinando que greves só seriam permitidas nas atividades laborais que não fossem consideradas fundamentais à sociedade. Não por coincidência, praticamente todas as atividades foram incluídas nessa categoria, o que praticamente proibia a realização de greves no país. A imposição do decreto foi publicamente comemorada pelo empresariado, que vinha cobrando uma postura mais enérgica do governo. Prosseguindo com a sua política de controle do movimento sindical, Dutra instituiu no mês seguinte um novo decreto-lei determinando a suspensão por um ano das eleições sindicais e estendendo automaticamente o mandato das diretorias que se encontravam no poder desde a ditadura do Estado Novo. O general não estava disposto a permitir que as práticas democráticas vigorassem dentro dos sindicatos. Com efeito, emergia no Brasil uma democracia na qual os trabalhadores não teriam o direito de recorrer às greves e aos sindicatos para reivindicar suas demandas econômicas, sociais e políticas.

Em uma tentativa de reação às imposições do presidente Dutra, os trabalhadores passaram a incluir em suas reivindicações a contemplação do direito à greve. Alegavam que o regime recém-instalado no país só poderia ser considerado democrático se resguardasse esse direito. Indo além, exigiam uma democracia que lhes garantisse o livre exercício da atividade política, uma democracia mais próxima dos trabalhadores e permeável a sua atividade

²⁰ Os decretos-lei eram um instrumento jurídico dos tempos do Estado Novo que possuía contornos ditatoriais, uma vez que dava ao presidente o direito de impor leis sem a necessidade de aprovação do Poder Legislativo e da própria sociedade.

política, que lhes atribuísse uma maior relevância no cenário político nacional. Em outras palavras, uma democracia mais ampla, com limites mais extensos para o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil do que as elites do país estavam dispostas a permitir e que a democracia liberal poderia lhes oferecer.

As ameaças não nos intimidam. Não é com medidas fascistas que se resolvem problemas sociais. Nossos soldados morreram nos campos de batalha da Europa para que voltássemos à democracia. Existem forças ocultas que procuram colocar o Presidente da República contra os bancários. Há forças que procuram criar dificuldades ao novo governo. Os banqueiros estão iludidos se pensam nos vencer pelo cansaço [...]. Não voltaremos indignos da classe trabalhadora. Nossa luta adquiriu um sentido mais elevado, ela tornou-se a luta dos trabalhadores, do povo brasileiro pela Democracia.²¹

Considerando o vínculo que os trabalhadores estabeleciam entre as greves e a democratização, bem como a violência empregada contra eles, é possível concluir que mesmo após a ascensão de Dutra à presidência, seguia em vigência o conflito pela definição da amplitude da democracia que iria vigorar no país. Naquele momento, a adoção de medidas arbitrárias, como o uso da força policial e a imposição de decretos-lei, era a única forma que o governo tinha de manter o movimento sindical sob seu controle e, por extensão, que as forças conservadoras tinham de garantir o seu domínio sobre a democratização. Elas se valiam da coerção para impor aos trabalhadores urbanos o seu projeto de democracia.

Nesse cenário de intensa tensão, marcado por uma onda de greves e pelas restrições impostas por Dutra, a Assembleia Constituinte iniciou os seus trabalhos. Composto em grande parte por ex-integrantes do Estado Novo e membros das oligarquias agrárias, o Partido Social Democrático (PSD) conquistou o maior número de cadeiras no Parlamento e elegeu o presidente da Constituinte, o deputado goiano Nereu Ramos. O fato do líder do Executivo ser do mesmo partido que possuía a maior bancada abriu os caminhos para a aprovação das propostas pessedistas. O segundo maior grupo era formado pelos udenistas, que durante as eleições haviam assumido o compromisso de lutar pela aprovação da agenda liberal. Também foram eleitos quatorze deputados pelo PCB, entre eles o único trabalhador urbano, Batista Neto (PCB-DF). Desde a

²¹ Tribuna Popular, 7 fev. 1946, p. 4.

primeira sessão, os pecebistas reivindicaram o papel de verdadeiros representantes dos trabalhadores na elaboração da nova constituição. Assim, mesmo diante de uma assembleia formada por uma ampla maioria conservadora (Almino, 1980, p. 94), eles seguiram acreditando no potencial transformador daquele processo, na possibilidade de transformar as demandas dos trabalhadores em leis, viabilizando a democracia que almejavam.

Apesar de receber pouca atenção nos estudos acadêmicos, foi significativo o envolvimento dos trabalhadores urbanos com a Assembleia Constituinte. Incomodados com a violência policial e as restrições impostas por Dutra, eles se mobilizaram para pressionar os parlamentares a aprovarem pautas de interesse direto para a categoria. Reivindicavam, sobretudo, maior autonomia política para a atividade sindical e o resguardo legal ao direito à greve. Paralelamente, o PCB promoveu inúmeras iniciativas para intensificar o envolvimento dos setores da sociedade marginalizados da cena política com a Constituinte. Além da atividade cotidiana de seus parlamentares, que procuravam levar ao plenário as reivindicações dos trabalhadores, o partido promoveu inúmeras atividades via MUT (Pinheiro, 2004) e os Comitês Democráticos para mantê-los informados do processo de elaboração da nova constituição.

A atuação dos comunistas na Constituinte e o engajamento dos trabalhadores que ela gerava causou um grande incômodo das forças conservadoras. Não por coincidência, logo no início dos trabalhos, integrantes do PTB entraram com um pedido de cassação do registro partidário do PCB no Tribunal Superior Eleitoral, alegando que se tratava de um partido a serviço de interesses estrangeiros e, portanto, um inimigo da democracia brasileira. Além das propostas apresentadas pelos pecebistas no plenário, o recrudescimento do anticomunismo no país devido ao início da Guerra Fria foi fundamental para reforçar a campanha que buscava colocar o partido novamente na ilegalidade. Os pecebistas procuraram se defender, alegando que aquela iniciativa representava um ataque à própria democracia que começava a vigorar no país

Toda essa preparação de 'combate ao comunismo', anunciada por elementos do Governo (a experiência e os fatos recentes passados assim nos ensinam), nada mais é do que a preparação para a tentativa de abolição total das franquias democráticas, para a prisão em massa de democratas, para o estabelecimento de nova ditadura que se lançará

contra o povo com a brutalidade a que se referiu Prestes no seu discurso da Esplanada do Castelo.²²

Nesse contexto, a pressão exercida pelos parlamentares pecebistas e por diferentes movimentos da sociedade civil não foi suficiente para garantir a aprovação das leis almejadas pelos trabalhadores urbanos. O texto final da constituição reforçou as restrições ao direito à greve, conservou o sindicalismo de viés corporativista dos tempos de Estado Novo - limitando a autonomia dos sindicatos e impedindo-os de desempenhar atividades políticas -, manteve os analfabetos e militares de baixa patente excluídos do processo eleitoral, não estabeleceu a reforma agrária e ainda privou os trabalhadores do campo dos direitos estabelecidos na CLT. Constata-se, conforme diversos autores²³ já destacaram, que “a queda do Estado Novo foi amortecida, e sua estrutura geral aproveitada para a nova armação institucional” (Souza, 1976, p. 134). Somada às intervenções feitas por Dutra via decretos-lei, a Constituição de 1946 conservou as diversas barreiras que restringiam o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, sobretudo a dos trabalhadores, ao mesmo tempo que atribuiu legitimidade às restrições. Desse modo, a Constituinte consolidou a “transição pelo alto”, sem abranger o âmbito econômico da democratização e impedindo a constituição de uma democracia mais ampla.

Delimitação final da democracia

O término da Assembleia Constituinte é o marco final da transição para a democracia. Naquele momento, já estava em vigência no Brasil um regime democrático, respaldado por uma constituição e comandado por um presidente eleito pelo voto direto. Todavia, a promulgação do novo conjunto de leis não foi suficiente para acabar com a disputa pela delimitação da democracia que deveria vigorar no país.

No mesmo mês da promulgação da Constituição de 1946, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro o Congresso Sindical dos trabalhadores do Brasil. Trata-se do primeiro encontro nacional de trabalhadores sindicalizados da história do país. A mobilização promovida pelo PCB foi determinante para a viabilização do

²² “Pela União de todos os democratas contra os arreganhos da reação”. *Tribuna Popular*. 3 maio 1946, p. 3.

²³ Entre eles João Almino (1980) e Ângela de Castro Gomes (2005).

encontro, que reuniu líderes sindicais de diferentes correntes políticas, sendo a grande maioria eleita por suas bases. É importante destacar que além dos comunistas e trabalhistas, que possuíam o maior número de delegados e atuavam de maneira alinhada, a despeito da crescente rivalidade entre os partidos, o evento contou com a presença dos delegados ministerialistas, indicados diretamente pelo governo via o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

A surpreendente permissão do governo para a realização do Congresso, a julgar pelas inúmeras restrições impostas à atividade sindical, foi fruto de um cálculo político errado do ministro do trabalho. Otacílio Negrão de Lima acreditava que poderia controlar o evento por meio dos delegados que havia indicado. Mesmo assim, o presidente Dutra fez questão de ressaltar os limites que deveriam ser respeitados durante o encontro:

Compete, pois a cada um e a todos somar energias no sentido de modelar uma vida sindical, brasileira, apolítica, e em harmonia com o sistema legal, a fim de que os sindicatos sejam exclusivamente aparelhos de assistência aos que trabalham dentro do território nacional e órgãos de cooperação no solucionar os problemas que angustiam o Brasil na hora presente.²⁴

Estava claro que o governo não admitiria a realização de qualquer atividade de natureza política durante o congresso e dentro dos sindicatos, de maneira geral. No mesmo comunicado, o general também alertou sobre o risco de forças políticas que não eram bem vindas em território nacional desvirtuarem o encontro, deixando evidente o seu anticomunismo.

A despeito das ressalvas feitas pelo presidente, os organizadores do congresso anunciaram logo na cerimônia de abertura que não debateriam somente questões de interesse exclusivo dos trabalhadores, mas da nação como um todo. As diferentes comissões abordaram temas como a regulamentação da atividade sindical, o direito à greve e a situação econômica do país, temas que, não por acaso, foram as principais reivindicações apresentadas durante a democratização. De acordo com os trabalhadores sindicalizados, caberia ao próprio “operariado, dentro do Congresso Sindical, combater a inflação e a carestia e pugnar organizadamente por melhores e mais humanos salários que permitam uma condição de vida mais relativa”.²⁵ Ao final do encontro, eles ainda

²⁴ Discurso do presidente Dutra, lido pelo ministro Otacílio Negrão de Lima na cerimônia de abertura do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. *Tribuna Popular*, 12 set. 1946, p. 1.

²⁵ “O que representa para o proletariado o Congresso Nacional”. *Tribuna Popular*, 9 mar. 1946, p. 5.

pretendiam enviar as pautas aprovadas para a apreciação do Poder Legislativo, o que revela a confiança na possibilidade de reverter algumas derrotas sofridas na Constituinte.

Entre as pautas levadas à plenária final, a que mais interessava aos sindicalistas era a criação de uma central sindical unificada, de âmbito nacional e autônoma em relação ao Ministério do Trabalho. Para justificar a proposta, eles recorriam ao argumento frequentemente difundido durante a democratização de que o regime político recém-estabelecido no país só poderia ser considerado democrático caso garantisse a autonomia sindical, acrescentando que a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) seria o “sustentáculo definitivo da democracia em nossa terra”. Esse é mais um fator que fragiliza a tese de que os trabalhadores urbanos foram responsáveis pela constituição de um sindicalismo de viés populista. A organização para promover o Congresso e as reivindicações feitas durante o encontro evidenciam que, mesmo após a conclusão da democratização, os trabalhadores urbanos seguiram mobilizados em busca da democracia que almejavam, sobretudo no que se refere à amplitude da atividade política que poderiam desempenhar.

Incomodado com a proporção que o Congresso havia adquirido, o governo determinou de maneira arbitrária o fim do evento, antes mesmo do término da plenária final, e ainda promoveu o fechamento de inúmeros sindicatos e a prisão de lideranças sindicais. As iniciativas voltadas à restrição da atividade política dos trabalhadores não param por aí. Em maio de 1947, o TSE decidiu, por 3 votos a 2, retirar o registro legal do Partido Comunista do Brasil. Vale destacar que aquela decisão não foi motivada apenas pelo anticomunismo. Naquele momento, o PCB passava por um rápido crescimento, contando com aproximadamente 200 mil filiados (Rodrigues, 1981), na sua maioria trabalhadores urbanos, e havia conquistado resultados expressivos nas eleições suplementares de janeiro de 1947, entre eles a maior bancada do Poder Legislativo do Estado da Guanabara. Menos de um mês após a cassação, o general Dutra determinou o fechamento de outros canais de representação dos trabalhadores urbanos (Almeida JR., 2007, p. 294), como o MUT, a CGT e a liga dos jovens comunistas. Por mais que a democratização já tivesse sido concluída, as forças conservadoras seguiam se valendo da coerção para delimitar a democracia que começava a vigorar no país.

Esses atos de contenção da atividade política dos trabalhadores urbanos podem ser considerados os movimentos finais de delimitação da democracia que vigorou durante a República de 46. A ideia era limitá-los à condição de eleitores, mesmo assim com muitas restrições, vide a exclusão dos analfabetos do direito ao voto e o fechamento do partido que possuía a maior quantidade de trabalhadores entre seus filiados. Não é de se surpreender que uma democratização conduzida via coerção dos trabalhadores gerou uma democracia com rígidos limites ao desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil. Todavia, as restrições impostas não foram capazes de tornar aquela democracia hegemônica. As divergências em relação à sua amplitude seguiram gerando conflitos, sendo este também um motivo relevante por trás da crise que resultou no Golpe de 1964.

Referências

ALEM, S. F. **Os trabalhadores e a “redemocratização”**: (estudo sobre o estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato) 1942-1948. Dissertação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

ALMEIDA JR., A. M. de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, B. (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1983. v.3. t. 3, p.247.

ALMINO, J. **Democratas autoritários**. Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 46. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BENEVIDES, M. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIGNOTTO, N. **O Brasil à procura da democracia**: da Proclamação da República ao século XXI. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BRANDÃO, G. M. **Partido Comunista, capitalismo e democracia**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.

CALIL, G. G. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. **Revista Tempos Históricos**, v. 3, n. 1, 2001.

CARONE, E. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

COSTA, H. **Em busca da memória**: Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

DEL ROIO, M. Os Comunistas na Revolução Burguesa (1928-1948). In: SECCO, L.; PERICÁS, L. (Orgs.). **História do PCB**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. (Org.). **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Â. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Â.; FERREIRA, J. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018.

HIRST, P. **A democracia representativa e seus limites**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LEFORT, C. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MACEDO, M. **O movimento queremista e a democratização de 45**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

MARANHÃO, R. **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PINHEIRO, M. C. de O. **O MUT e a luta do PCB pela hegemonia no movimento operário**: conciliação e conflito. 2004. Monografia (História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PRESTES, A. L. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)**: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, A. L. Centenário do PCB: os comunistas e o “queremismo”. **Blog da Boitempo**, 23/11/2022. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2022/11/23/centenario-do-pcb-os-comunistas-e-o-queremismo>

PRESTES, L. C. **Problemas atuais da democracia**. Rio de Janeiro: Vitória, 1947.

RIBEIRO, D. **A transição para a democracia no Brasil (1943-1946)**: o PCB e a construção de um caminho alternativo. São Paulo: Alameda, 2023.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil Republicano**. V. 8. Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981.

SANTANA, M. A. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro. In: FERREIRA, J.; REIS, D. (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SEGATTO, J. A. PCB: a questão nacional e a democracia. In: DELGADO, L.; FERREIRA, J. (Org.). **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, F. T.; SANTANA, M. A. O Equilibrista e a Política: o Partido da Classe Operária (PCB) na Democratização (1945/1964). *In*: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org.). **As Esquerdas no Brasil**. Democracia e Reformismo Radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOUZA, E. **Trabalho, Política e Cidadania**: trabalhadores, sindicatos e lutas por direitos (Bahia 1945-1950). Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2015.

SOUZA, M. C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SPINDEL, A. **O Partido Comunista na gênese do populismo**. São Paulo: Símbolo, 1980.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VITULLO, G. E. **Além da transitologia e da consolidologia**: um estudo da democracia argentina realmente existente. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

WEFFORT, F. **Origens do sindicalismo populista no Brasil**. A conjuntura do pós-guerra. *In*: Estudos CEBRAP, n. 4, abr-jun. 1973.